

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

1 **ATA Nº 03/2022: REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE** 2 **DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA –(CMDR)-----**

3 No décimo nono dia do mês de abril de 2022, reuniram-se no Centro de Difusão e
4 Tecnologia – CDT do IDR-PR-IAPAR-EMATER, às 14h00min, os membros do CMDR eleitos
5 durante a 10ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, acontecida no dia onze de
6 novembro de 2021, para realização de sua reunião ordinária, sendo os seguintes os
7 assuntos de pauta: **1. Justificativas; 2. Aprovação da ata da reunião anterior; 3.**
8 **Expediente – Ofício 009/2022 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina; 4.**
9 **Comunicação do Presidente; 5. Comunicação dos Conselheiros; 6. Ordem do dia:**
10 possibilidade de instituição de reunião mista (presencial e virtual); emissão da dap-ofício do
11 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina; Acompanhamento dos Trabalhos pelas
12 Comissões; Atualização da composição do CMDR-2021/2023 no site da PML; **7. Palavra**
13 **Aberta; 8. Encaminhamentos; 9. Encerramento.** O Presidente do CMDR, Conselheiro
14 José agradeceu a presença de todos e verificando a existência de quórum necessário iniciou
15 a reunião informando que, por motivos de força maior, não poderia comparecer à reunião
16 ordinária inicialmente agendada para a primeira quinta-feira do mês, e como até aquele
17 momento não haviam sido pautados assuntos para serem discutidos, foi-lhe sugerido adiar
18 para a semana seguinte a reunião mas que pelo feriado previsto na semana seguinte optou-
19 se então pela realização da reunião ordinária do CMDR referente ao mês de abril no dia
20 dezoito do mês. Informou que justificativas de ausências foram apresentadas pelos
21 Conselheiros Marcelo V. Peluso, Sandra Ap. Costa Ferrer, Paulo M. Acquarole, Marcos
22 Antonio Pedraci e Paulo C. Dolibaina, Lauana Bolzani V. Rosa e Ricielli de Sousa O.
23 Vicentin, e passou ao item dois da pauta sendo a ata da reunião anterior aprovada pelos
24 presentes. No item três da pauta informou que recebeu da parte do Sindicato dos
25 Trabalhadores Rurais de Londrina um ofício cujo conteúdo seria apresentado mais à frente
26 da reunião. Referente ao item quatro da pauta retomou a questão das mudanças feitas na
27 agenda da reunião, tecendo comentários quanto a conjunção de fatores que levaram então à
28 alteração da data inicialmente prevista. Não houve assuntos pertinentes ao item cinco
29 passando ao item seis, solicitando ao Conselheiro Marcio Urbaneja, que sugeriu essa pauta,
30 que fizesse sua explanação. Iniciou solicitando que, até mesmo ante as circunstâncias que
31 levaram a dois reagendamentos para que essa reunião acontecesse, houvesse nova
32 discussão quanto a possibilidade de que as reuniões pudessem ser realizadas de forma
33 presencial e virtual, simultaneamente. Houve manifestações dos Conselheiros Paulo Mrtvi,
34 Irineu Zambaldi, Plácido Ap. Lucas Fernandes, Sergio J. Alves, Leonardo Sturion e Caroline
35 T. Sakakura, que ofereceram tanto pontos de vista favoráveis quanto contrários ou com
36 limitações à realização de reuniões no formato virtual. Aventou-se quanto a possibilidade de
37 que as reuniões possam ser realizadas no formato misto em função do peso dos assuntos
38 as serem discutidos, ficando o Conselheiro livre para optar de que forma participaria, e que a
39 definição do formato para uma determinada reunião se daria por decisão da presidência em
40 função da proposta de pauta, se com assuntos “mais leves” formato misto ou mesmo virtual,
41 e se com temas mais intensos, presencial. Surgiram questionamentos quanto a aspectos

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

42 legais na realização deste tipo de formato. A Conselheira Caroline informou ser de seu
43 conhecimento de que ao menos dois outros Conselhos, até aquela data, permaneciam
44 realizando suas reuniões apenas no formato virtual sugerindo que pudessem ser
45 consultados quanto às suas experiências. O Presidente tomou palavra resgatando que o
46 assunto já havia sido discutido em reuniões passadas e que em votação, os Conselheiros
47 haviam optado pelo forma presencial, mas que com a anuência dos Conselheiros gostaria
48 de ver novamente discutida essa pauta em uma próxima reunião contando com um número
49 maior de presentes, sem contudo desqualificar o quórum presente. Deu sequência à pauta,
50 com o item Ordem do Dia informando do Ofício recebido da parte do Sindicato dos
51 Trabalhadores Rurais, o qual deu conhecimento aos Conselheiros através do grupo de
52 aplicativo de mensagens, e que traz em seu conteúdo o relato de uma solicitação de
53 emissão de DAP(Declaração de Aptidão ao PRONAF) por parte de uma produtora rural e
54 informando do indeferimento dos entes competentes para fazer a emissão desse tipo de
55 documento – IDR/PR-EMATER e o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais, à referida
56 solicitação, pela falta de cumprimento de requisitos necessários. Após contribuições feitas
57 pelo conselheiros Paulo Mrtvi, Sergio Alves e Irineu Zambaldi, entenderam os Conselheiros
58 que, ante os posicionamentos comuns tanto do IDR/PR-EMATER quanto do Sindicato, que
59 são as entidades autorizadas a emitirem a DAP no Município, não caberia ao Conselho
60 modificar tal decisão e assim sendo haverá uma resposta formal (ofício) ao remetente
61 manifestando a posição do CMDR, corroborando com o que fora decidido. Na sequência da
62 pauta o Presidente, sendo uma sugestão sua, tinha a intenção de que as Comissões que
63 foram formadas dentro do Conselho e encarregadas de realizarem estudos sobre alguns
64 assuntos pudessem fazer algum relato a respeito dos respectivos andamentos, mas que
65 ante a presença de um quórum mínimo e a ausência de vários conselheiros ficaria como
66 assunto de pauta para a reunião. Na sequência reiterou a necessidade de que os dados
67 relativos ao CMDR junto ao portal da Prefeitura sejam atualizados solicitando ao Conselheiro
68 Adriano Giacomini, Secretário de Comunicação do CMDR tomar as providências para tal.
69 Abriu o item seguinte, Palavra Aberta, inscrevendo-se o Conselheiro Paulo Mrtvi, que
70 retomando o tema quanto ao formato de realização das reuniões, chamou a atenção para
71 particularidades que poderiam prejudicar a realização de reuniões neste formato como a
72 disponibilidade, ou não, de acesso à internet onde estejam os respectivos Conselheiros e a
73 possibilidade deste tipo de reunião estar prevista em regimento. O Conselheiro Sergio J.
74 Alves complementou sugerindo que o Conselho pudesse capitanear discussões sobre as
75 prioridades do meio rural, exemplo internet em todo o Município, e sugerindo convidar para
76 participar da uma reunião representante da operadora de internet SERCOMTEL para se
77 conhecer seus projetos para a área rural, discutir sobre as estradas rurais sob uma ótica
78 mais global assim como outros temas: qual é o plano para a saúde, para o transporte. Citou
79 alguns exemplos de sucesso decorrentes de um planejamento global bem feito e que foram
80 executados com continuidade de ações acreditando ser esse o caminho pra que se promova
81 efetivamente o desenvolvimento rural e a fixação das pessoas, em particular dos mais
82 jovens no meio rural no Município. O Conselheiro Márcio Urbaneja em apoio ao manifestado
83 complementou sugerindo que o planejamento contemple mais que um período de gestão

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

84 administrativa, e entende que se o CMDR se posicionar terá força para provocar uma
85 modificação no meio rural. O Conselheiro reiterou a sua visão quanto a necessidade de
86 plano mais global que ultrapasse o período de um mandato eletivo. Paulo Mrtvi citou
87 comentário ouvido em reunião outra da qual participou, de que o Plano Diretor Municipal tem
88 muito pouca inclusão da área rural em suas diretrizes, e que o Plano tem ênfase quase total
89 para o setor urbano. O Conselheiro Sergio Alves também citou comentário havido em outra
90 reunião da qual participou, de que discussões e promoções empreendedoras têm foco na
91 cidade não englobando o rural. Também se manifestaram os Conselheiros Leonardo Sturion
92 e Irineu Zambaldi no mesmo sentido, com a visão de que muito está-se deixando de
93 desenvolver devido ao não investimento no setor rural e chamando para que o CMDR se
94 manifeste junto a quem de poder para que tenham ações voltadas para o setor rural. O
95 Conselheiro Miguel Gomes Celestino relatou experiência própria sendo ele proprietário de
96 uma agroindústria na área rural. Existindo uma escola próxima, mas sem um bom acesso
97 viário à sua região e totalmente sem acesso à internet mesmo essa localidade estando muito
98 próxima da área urbana do Município. O Conselheiro Plácido Fernandes, corroborando com
99 o posicionamento dos demais Conselheiros, citou situações em que a dificuldade em se
100 transitar pelas vias rurais, tanto as pavimentadas quanto as não pavimentadas, sugere
101 haver um esquecimento da parte dos gestores e que os recursos básicos como saúde
102 educação, transporte e segurança estão muito prejudicadas. A Conselheira Caroline também
103 chamou a atenção para dificuldades encontradas para prestar os atendimentos pela
104 Secretaria Municipal de Assistência Social na área rural chamando a atenção para as
105 necessidades dos moradores e que são ignoradas pelo poder público. Citou haver elevados
106 índices de desemprego citando os distritos maiores, Lerroville e Guaravera como exemplos,
107 e que não se verifica ações de políticas públicas sendo implementadas nas localidades
108 rurais. Disse que são oferecidos curso e capacitações na área urbana do Município, mas
109 não via como viabilizar que o participante morador da área rural estivesse na cidade às 7:30
110 da manhã com um transporte público ineficiente que nem sempre consegue chegar às
111 comunidades mas distantes citando o caso dos assentamentos Eli Vive. Entende que o
112 Conselho precisa dar publicidade a essas necessidades não vistas, às dificuldades de
113 acesso à saúde em horário noturno, por exemplo, tendo que recorrer aos municípios
114 vizinhos, transporte deficitário nas localidades mais distantes citando o Assentamento Eli
115 Vive e o Patrimônio Guairacá, provocando que recursos financeiros das famílias, que já são
116 escassos, sejam empregados em transporte particular, e que em muitas vezes precisa-se
117 contar com a boa vontade de vizinhos no atendimento de suas necessidades. Também
118 entende que o Conselho poderia incluir na perspectiva de um planejamento global para a
119 área rural, como já sugerido, o atendimento dessas necessidades convidando para debater
120 esses assuntos empresas, órgãos públicos, etc, numa perspectiva de se atender essa parte
121 da população que carece desses serviços e para que haja mesmo o olhar para
122 desenvolvimento rural. O Presidente retomou a palavra e disse que ante as falas
123 apresentadas pelos Conselheiro(a)s via de forma muito clara a função social do CMDR, da
124 necessidade de precisar se debruçar em estudos colocando essas demandas do setor como
125 prioridade no contexto do desenvolvimento rural. Falou sobre a sua experiência à frente da

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

126 Gerência de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação (SME), onde teve o
127 privilégio de conhecer todo o Município, de circular por todas as vias rurais observando a
128 grandiosidade territorial do Município, de seu enorme potencial para o desenvolvimento mas
129 também repleto das fragilidades como as já elencadas nas falas dos Conselheiro(a)s. Assim
130 como relatou a Conselheira Caroline quanto a dificuldade de acesso às comunidades mais
131 distantes, o presidente deu exemplo de alunos que residem na região conhecida por
132 Piracema no Distrito de Lerroville, citando que por lei se estabelece que uma criança não
133 pode permanecer mais que duas horas/dia dentro do transporte escolar sendo uma hora
134 para o ir e a outra para a volta para a casa, mas que devido às condições das vias acontece
135 de esse tempo se extrapolar, uma condição que se torna repetitiva. A SME solicita reparos
136 nas vias e a SMAA, com sua pauta de serviços aumentada, com mínimas condições de
137 atendimento, procura dar a prioridade possível. Concluiu ressaltando a necessidade de que
138 políticas públicas mais efetivas cheguem ao setor rural. Foi aventado numa das falas que o
139 desinteresse político na área rural seja devido à pequena porcentagem da população
140 votante que lá mora e sendo assim seria pouco voto pela quantidade de melhorias
141 necessárias. O Conselheiro Irineu Zambaldi pediu a palavra e chamou a atenção e disse
142 que, em que pese 3% do votantes residam na área rural, conforme fora mencionado, outros
143 tantos, saem do urbano para trabalharem no rural, sejam eles do meio agro como os
144 produtores, assistentes técnicos e trabalhadores por exemplo, mas também, profissionais da
145 Saúde e Educação, da Assistência Social, como relatou a Conselheira Caroline, da
146 Segurança, representantes comercias e tantos outros, sugerindo que essa via de mão dupla
147 possa até mesmo quadruplicar em termos de população votante diretamente relacionadas
148 ao setor rural. O Conselheiro Sergio Alves observou que além das atividades profissionais,
149 como mencionado outras fatores devam ser retratados com a devida importância como a
150 questão da erosão dos solos, o devido valor ao alimento que é lá produzido e transportado
151 pelas vias rurais precárias, o turismo rural se beneficiando das paisagens, a preservação
152 das águas, e tantas outras possibilidades, que é preciso fixar essas pessoas no campo
153 tendo toda as infraestruturas necessárias para então buscar-se as opções econômicas para
154 o desenvolvimento rural ser sustentável. O Presidente então concluindo os trabalhos reitera
155 a importância de se valorizar o setor rural e que o Conselho tem uma função não apenas de
156 cumprir enquanto preceitos através das participações nas reuniões mas de levantar
157 discussões e levá-las à responsabilidade do poder público em atender as necessidades e
158 dignidade das pessoas. A Conselheira Genny Seifert Santos trouxe a informação da
159 necessidade de que o Conselho tome conhecimento das DAP's que foram emitidas no
160 Município no último ano pra sua apreciação em consonância com seu papel de fazer o
161 Controle Social e que a relação dos beneficiários será encaminhada no mês de maio para
162 conhecimento de todos e eventual manifestação, sendo assunto de pauta para a próxima
163 reunião ordinária do Conselho. Informou também que houve, durante a Expolondrina, uma
164 reunião com autoridades que tratou a respeito do SIM – Serviço de Inspeção Municipal
165 sendo informado na ocasião, pelo Secretário de Agricultura do Município, que o projeto de lei
166 que foi apresentado à Câmara Municipal foi aprovado e que o executivo dará os devidos
167 encaminhamentos para a instalação do serviço junto à SMAA. Trouxe também

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA

Londrina – Paraná

168 esclarecimentos sobre o mecanismo de funcionamento do SIM e de sua importância no
169 processo de produção de alimentos de origem animal. Não havendo mais assuntos a tratar o
170 Presidente do CMDR agradeceu a presença e participação dos Conselheiros dando por
171 encerrada a reunião. Eu, Elton Manoel Sacoman Longo, a pedido do Presidente do CMDR e
172 na ausência do Secretário Geral Marcos A. Pedraci, lavrei esta ata, que aprovada pelos
173 Conselheiros, vai assinada à parte em lista de presença.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA
Londrina - Paraná

"A aplicação democrática consistente e eficiente da política agrícola municipal é função da participação ativa de nossas lideranças"

LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO ORDINÁRIA - 19/04/2022

SALA D, CDT, às 14h00

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO/ENTIDADE	CIDADE	EMAIL/TEL.
01	Roberto Giacomini	Distrito	Londrina	robgiac@londrina.pr.gov.br
02	Miguel Campos Colletini	CASA DAS	Londrina	apic@colletini.com.br
03	Fabio Carlos Klemm	TRRRE	Londrina	fabio@trrre.org.br
04	Raíssa Fernanda Ramos Arruandas	STP de Londrina	Londrina	stpr@londrina.org.br
05	João Roberto do Silva	Associação	Londrina	joao@idre.org.br
06	Edson Roberto do Silva	IDRE - RR	Londrina	edson@idre.org.br
07	Vanessa Tomaz Sobrinho	SMAS - CRAS BURL	Londrina	vanessa@smas.org.br
08	Márcio de Lima Wlany	SMAR - DDR	Londrina	marcio@smar.org.br
09	Simone Rossi Alben	INDA	Londrina	simone@inda.org.br
10	Priscilla de S. Furum	ITEPA	Londrina	priscilla@itepa.org.br
11	João de S. Silva	SME	Londrina	joao@smelondrina.org.br
12	Edna Regina Almeida de Souza	SME	Londrina	edna@smelondrina.org.br
13	LEITEN CRIBATI	CEARPE / AEARLD	Londrina	leitenc@cearpe.org.br
14	Genny Saifert Santos	IDR	Londrina	genny@idr.org.br
15	Edson Brauet Siqueira	SUAZ	Londrina	edson@suaz.org.br
16				
17				
18				
19				
20				